

Abastecimento, cotidiano e sociabilidade: o comércio bodegueiro de Irati-PR na primeira metade do século XX

Neli Maria Teleginski¹
Valter Martins²

Abastecimento, cotidiano e sociabilidade: o comércio bodegueiro de Irati-PR na primeira metade do século XX

Resumo: Objetiva-se analisar o comércio realizado pelos armazéns de secos e molhados, conhecidos também como "bodegas", na cidade de Irati-PR na primeira metade do século XX. Dessa forma buscamos ampliar o debate historiográfico a partir dos aspectos culturais da sociedade.

Palavras-chave: Comércio. Irati. Armazéns. Cotidiano.

Food supply, everyday life and sociability: grocery stores of Irati-PR in the first half of the twentieth century

Abstract: The objective is to analyze the trade conducted by the stores dry goods, also known as "bodegas" in the city of Irati-PR in the first half of the twentieth century. Thus we seek to expand the historiographical debate on the cultural aspects of society.

Keywords: Trade. Irati. Warehouses. Everyday.

Abastecimiento y la sociabilidad cotidiana: almacenes de Irati-PR en la primera mitad del siglo XX

Resumen: El objetivo es analizar el comercio realizado por las tiendas de productos secos, también conocidos como "bodegas" en la ciudad de Irati-PR en la primera mitad del siglo XX. Así que tratamos de ampliar el debate historiográfico sobre los aspectos culturales de la sociedad.

Palabras clave: Comercio. Irati. Almacenes. Todos los días.

Durante as primeiras décadas do século XX, a cidade de Irati, na região centro-sul do Paraná, passou por importantes transformações. Antes mesmo de se emancipar da vizinha Imbituva, em 1907. O então distrito São João do Iratim, conhecido como Covalzinho, começou a se agitar em torno da ferrovia São Paulo-Rio - Grande Railway, que construiu ali uma estação em 1899. A ferrovia e a perspectiva de exploração, em larga escala, da erva-mate e da madeira e o loteamento de terras atraiu muita gente em busca de trabalho e oportunidades em uma área ainda pouco povoada do chamado Paraná Tradicional, percorrida, no século XIX, pelas tropas do antigo Caminho das Missões. Esse movimento animou a urbanização em torno das estações ferroviárias instaladas no município e a formação de distritos e colônias de imigrantes em seu interior, marcando o avanço da frente agrícola

¹ Programa de Pós-graduação em História - UFPR.

² Programa de Pós-graduação em História - UNICENTRO.

sobre as florestas de araucárias e os faxinais de erva-mate. (KROETZ, 1985; NADALIN, 2001; ORREDA, 1972, 1974, 1981)

O distrito, depois município de Irati, entrou no século XX de trem. As estações da ferrovia e a chegada de novos habitantes criaram demanda para serviços e necessidades diversas, trazendo à localidade comerciantes e trabalhadores de outras regiões do Paraná e imigrantes europeus, o que implicou em novas configurações urbanas, sociais, culturais e econômicas. Irati e municípios do vale médio do Rio Iguaçu, como São Mateus do Sul, Palmeira, São João do Triunfo, Mallet, Antonio Olinto, Fernandes Pinheiro, Rebouças, Rio Azul e Paulo Frontim, concentrou o maior número de colônias oficiais de imigração eslava no Paraná, fruto da política imigratória do governo republicano. Cerca de 35% dos imigrantes, procedentes da Europa centro-oriental que chegaram ao estado, fixaram-se nessa região, aproximadamente 26 mil imigrantes entre poloneses e ucranianos, além de outros grupos como alemães, holandeses, italianos, portugueses e sírios. (LAROCCA JÚNIOR, 2008; RAMOS, 2006)

Em 1920, a população de Irati era de 13.422 pessoas, sendo 10.226 brasileiros e 3.196 estrangeiros³. Em 1940, a população quase havia dobrado: das 23.074 pessoas recenseadas, 5.573 viviam na área urbana e 17.501 na área rural⁴. Entre 1940 e 1950, a população cresceu, aproximadamente 10%, totalizando 25.491 habitantes: 7.939 residentes na área urbana e 17.552 na área rural⁵. Em 1957, a população urbana era de 10.121 habitantes enquanto que, em 1960, a população total do município era de 30.525⁶.

Com significativo crescimento populacional, especialmente entre as décadas de 1920 e 1940, Irati desenvolveu importante rede comercial em torno da produção madeireira, ervateira e agrícola, além do comércio de abastecimento e serviços para atender os moradores da área urbana e rural e moradores de municípios vizinhos que se dirigiam à cidade para vender suas safras e suprir suas despesas.

Ligada aos estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e ao porto de Paranaguá pela rede ferroviária, Irati agilizou o escoamento da produção local e suas relações comerciais recebendo mercadorias daqueles estados e do exterior, fazendo com que as lojas e armazéns da cidade fossem bem sortidos e tivessem oferta variada de produtos.

Nesse contexto de importantes mudanças ocorridas em Irati e região, durante as primeiras décadas do século XX, que situamos nossa análise do comércio realizado pelos armazéns de secos e

³ BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento de 1920*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1926.

⁴ IBGE. *Censo Demográfico de 1940*. Rio de Janeiro. IBGE, 1951. Série Regional, Parte XVIII, Paraná.

⁵ IBGE. *Censo Demográfico de 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, 1955. Série Regional, Volume XXVI. Paraná.

⁶ IRATI, *Livro do Cinquentenário de Irati*. Irati: Prefeitura Municipal de Irati, 1957, p. 56; IBGE. *Censo Demográfico de 1960*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Série Regional. Volume I, omo XIV. Paraná.

molhados, conhecidos também como “bodegas”. Vendendo um pouco de tudo e comprando gêneros dos agricultores locais, tais estabelecimentos comerciais constituíam um dos principais pontos de encontro e sociabilidade no pequeno quadro urbano, nas colônias de imigrantes, distritos e ao longo das precárias estradas do interior e da ferrovia.

O estudo desse tipo de comércio coloca importantes questões ligadas ao cotidiano da sociedade iratiense, maneiras de viver e de se relacionar de sua população. Dessa forma buscamos ampliar o debate historiográfico a partir dos aspectos culturais da sociedade que se constituiu na região centro-sul do Paraná, no início do século XX. Essa discussão considera as evidências contidas na documentação produzida pela Câmara Municipal de Irati, jornais locais e memórias de antigos bodegueiros e seus fregueses, apontando as práticas de sociabilidade e os embates sociais em torno dessas práticas no multifacetado espaço das bodegas.

Os livros de cobranças de impostos sobre comércio, indústrias e profissões e os livros de alvarás para casas comerciais da câmara municipal de Irati informam que, durante a primeira metade do século XX, o comércio voltado ao abastecimento de alimentos, bebidas e mercadorias como tecidos, ferramentas, armarinhos e objetos de uso doméstico e pessoal predominava no município, realizado pelos armazéns ou bodegas. Em diferentes momentos, a documentação se referiu a esses estabelecimentos como “armazém de secos e molhados”, “casa comercial”, “casa de secos e molhados”, “casa de negócio de secos e molhados”, “negócio de secos e molhados” ou simplesmente “negócio”. Ao registrarem seus pedidos de licença à câmara municipal, os comerciantes deviam informar que tipos de mercadorias iriam negociar para definição do respectivo imposto. Quando essas mercadorias eram muito diversificadas apareciam “resumidas” pela expressão “secos e molhados.”

Por “secos e molhados” os comerciantes identificavam uma ampla variedade de artigos que podiam ser comercializados em lojas, vendas, armazéns, por vendedores ambulantes ou outros agentes mercantis, podendo representar tanto mercadorias comestíveis como não comestíveis. Os jornais não deixam dúvidas quanto à variedade de mercadorias nas prateleiras dos armazéns que iam dos gêneros alimentícios de primeira necessidade às bebidas, fumo, carne até materiais de construção, ferragens e querosene, dependendo do estabelecimento⁷.

O termo “bodega” não era usual nos documentos oficiais da câmara, mas, nas ruas e conversas informais dos iratienses, a bodega era o armazém. Em diferentes dicionários da língua portuguesa a palavra bodega aparece comumente definida como um ambiente rústico, sujo, “de pouca envergadura”, que se destinava basicamente à venda de bebidas alcoólicas e alguns poucos gêneros alimentícios ou alguma comida “mal feita”. (FISCHER, 2009; SERAINE, 1991; HOUAISS, 2009). Trata-se de uma ideia simplificada e estereotipada a respeito desses estabelecimentos comerciais, sobretudo, levando-se em conta o caso de Irati. Ao analisarmos essa forma de comércio com maior proximidade, foi

⁷ O Alerta, n. 1, 14/11/1926; O Alerta, n. 1, 21/11/1926; A Semana, n. 216, 30/07/1927; Revista Espalha Braza, 14/11/1927; O Iraty, n. 28, 22/12/1928; O Sul, n. 6, 8/9/1929; O Sul, n. 263, 22/02/1931.

possível verificar que se tratava de um ambiente bastante complexo, não apenas quanto à variedade de mercadorias expostas à venda e soluções originais para sua circulação, mas enquanto espaço de intensas relações sociais representando para seus frequentadores e proprietários um lugar com múltiplas funções, inclusive comerciais. Os armazéns e bodegas, na cidade e localidades do interior, constituíam um dos principais centros da vida social.

Embora o comércio de secos e molhados realizado pelas vendas, armazéns ou bodegas tenha sido pouco estudado pela historiografia nacional, trata-se de uma atividade que foi muito comum no Brasil desde o período colonial. Tais estabelecimentos marcaram o surgimento de inúmeras povoações e acompanharam o seu desenvolvimento. Eram locais de abastecimento e também de entretenimento e sociabilidade. Não por acaso, muitas vezes, eram vistos com suspeição pelas autoridades, especialmente pela presença de bebidas alcoólicas e, não raro, associados à prostituição, receptação de mercadorias ilícitas e como valhacouto de escravos. Nas bodegas, era possível comer refeições simples, invariavelmente acompanhadas de uma cachaça e um dedo de prosa. (CHAVES, 1999; FIGUEIREDO, 1993; MAGALHÃES, 2004; PEREIRA, 1996; ZEMELLA, 1990)

Em Irati, as funções que comerciantes exerciam eram muitas. A figura do bodegueiro foi estratégica para a vida e a economia da cidade. “Bodegueiros pequenos, médios ou grandes, em função dos favores, fiados e caronas, além do compadrio, eram líderes locais, amigos de todos...”, conforme informa Orreda⁸. Os bodegueiros agregavam vários tipos de serviços oferecidos aos consumidores em seus estabelecimentos, exercendo, muitas vezes, outras atividades paralelas como madeireiro, agricultor, pecuarista, ferreiro, açougueiro, padeiro ou várias delas ao mesmo tempo. (VALENGA, 2003)

Entre os bodegueiros também havia imigrantes. Era essa uma das táticas de sobrevivência de vários deles em meio aos problemas enfrentados nas colônias agrícolas. Quando as colheitas malogravam, muitas vezes era necessário buscar outras possibilidades de renda. Os registros de firmas comerciais na Junta Comercial do Paraná para a capital e interior do estado, no período de 1890 a 1929, revelam que, das 4.644 firmas, 60,55% pertenciam a imigrantes e seus descendentes. Os outros 39,45% eram de proprietários de ascendência luso-brasileira. No interior do Paraná, os escravos constituíram 10,07% do total de comerciantes naquele período. (BALHANA, 2002, p. 291)

Em Irati, os imigrantes se estabeleciam nos variados ramos do comércio, indústria e serviços: bodegas, botequins, padarias, açougues, fábricas de cerveja, licor, “gasosas”, salsichas, linguiças, banha, doces, moinhos de café, serrarias e profissões como ferreiros, sapateiros, marceneiros entre outras atividades, além do trabalho agrícola que envolvia grande parte da população⁹. Trabalhavam também na extração e beneficiamento de erva-mate e em obras públicas. (ORREDA, 1974, p. 61)

⁸ ORREDA, José Maria. *A invisível mercadoria das bodegas*. Texto cedido pelo autor durante entrevista concedida à Neli Maria Teleginski em 24/02/2010.

⁹ Livro de Impostos, Indústrias e Profissões da Câmara Municipal de Irati 1907-1950.

As bodegas localizadas nas colônias permitiam ajustes de interesse mútuo entre comerciantes e seus fregueses. Como informa Andreazza, os bodegueiros dinamizaram a circulação de mercadorias produzidas pelos colonos imigrantes, intermediando trocas variadas e não somente de produtos: “o balcão de uma venda do interior é muito mais que o mero local de transações econômicas.” A falta de circulação de dinheiro vivo entre os imigrantes exigia que ao menos uma parte de sua produção agrícola ou ervateira fosse negociada com os comerciantes locais. Dessa maneira, os bodegueiros atuavam também como “banqueiros” adiantando recursos aos agricultores em caso de necessidade, mesmo fora do tempo da colheita. (ANDREAZZA, 1999, p. 55-59; 172)

Por sua variedade de mercadorias, possibilidades de arranjos e negócios as bodegas eram locais bastante frequentados. Especialmente nas localidades do interior a vida dos moradores gravitava em seu entorno, tanto para as compras e vendas quanto para o encontro com os vizinhos, a troca de informações ou um carteadado em dias de chuva.

As bodegas e armazéns ofereciam aos seus fregueses opções de comidas e bebidas para serem degustadas no local, representando também o papel de botequins. Os botequins, no entanto, segundo o Código de Posturas de Irati de 1919, tinham atribuições mais restritas e específicas com relação aos armazéns. Não podiam vender gêneros alimentícios, como cereais ou mercadorias não comestíveis, “próprias” dos armazéns – os “gêneros secos e molhados”, mas somente bebidas, “não podendo ter balanças ou medidas”, exceto, se pagassem o imposto sobre os secos e molhados. Nesse caso, já não seriam botequins e sim armazéns¹⁰.

Tais limitações faziam que os botequins não fossem tão numerosos em Irati quanto os armazéns. Na previsão de orçamento da câmara municipal para o ano de 1909, considerando os comerciantes fixos de alimentos e bebidas, os vereadores contabilizam a cobrança de impostos sobre 28 “casas de negócio de secos e molhados”, 2 açougues e 1 botequim. Já em 1915, o comércio de “molhados” e “secos e molhados” registrados pela câmara somava 56 estabelecimentos. Nesse mesmo ano, um dono de armazém pagou também imposto sobre uma padaria anexa, concorrendo com outras 3 padarias existentes na cidade, que possuía 4 açougues, 2 restaurantes e 11 botequins. No ano de 1936, a arrecadação obtida com o imposto sobre comércio, indústrias e profissões foi a mais importante para os cofres municipais ultrapassando os setenta contos de réis, boa parte deles paga por bodegueiros. Em seguida vinha o imposto sobre imóveis rurais somando cinquenta contos, sobre veículos: trinta contos, dívidas: trinta contos de réis, entre outras taxas como o imposto predial e o imposto sobre aferição dos pesos e medidas que renderam valores menores. Em 1940, os armazéns de secos e molhados regulamentados pela câmara reuniam 139 estabelecimentos em um universo de 474 estabelecimentos comerciais presentes no município¹¹.

¹⁰ Livro de Alvarás da Câmara Municipal, n. II, p. 18.

¹¹ Atas da Câmara Municipal de Irati, 1908; Livros de Impostos, Indústria e Profissões da Câmara Municipal de Irati. 1908 - 1940.

As casas ou armazéns de secos e molhados sempre foram mais numerosos no município, se comparados também ao comércio ambulante. É provável que número de ambulantes fosse maior do que o registrado oficialmente pela câmara porque muitos deles exerciam seu comércio de maneira intermitente e eram hábeis em despistar o fiscal. Relatos de moradores confirmam sua cotidiana presença na vida da cidade.

Como não havia um mercado municipal e considerando o grande número de armazéns espalhados pelo município, registrados pela câmara municipal, o abastecimento da população estava concentrado nas mãos dos bodegueiros. Enquanto espaços de comércio e fornecimento de produtos de consumo geral, as bodegas surgiam no cenário urbano e rural como importantes espaços de sociabilidade e comensalidade cotidianos, regados por cerveja ou cachaça que escoltavam tira-gostos, tendo ao fundo alguma música e muita conversa.

Essa característica brejeira das bodegas iratienses se explicitava no ofício dos artistas de canto de balcão, merecendo destaque a figura de Juvenal Ferreira de Camargo, codinome Juvenal Mole, conhecido também como Poeta da Vila. Com suas trovas e décimas recitadas ao dedilhar da viola “criticou costumes, participou ativamente de lutas políticas, alegrou a vida do povo”. (ORREDA, 1999)

Em suas andanças pela cidade, festas e procissões, Juvenal notava gestos e ouvia conversas, matéria prima de seus versos singelos. O “menestrel das bodegas” passava por todas as portas. Sempre bem recebido, logo iniciava a cantoria. Em composição chamada “A décima da religião” ironizou o embate entre duas arraigadas práticas locais: a missa e a bodega. Habituais pontos de encontro e sociabilidade, as igrejas e as bodegas tinham devoções diferentes. Ao abrirem suas portas, nos domingos, a disputa pelos fregueses andava a favor das bodegas.

Nos domingos em veis de ir na igreja
vão nas bodegas bater cachola
uns tocando gaita bebendo cachaça
outros tocando viola. (ORREDA, 1999, p. 29)

A venda de bebidas alcoólicas, a permissão para diversos jogos, a música dos violeiros ou do rádio e ampla liberdade de expressão eram táticas habilmente utilizadas pelos bodegueiros para atrair fregueses e torná-los cativos. Ao final de um dia de trabalho, aos sábados e domingos, depois da missa ou durante a mesma, as bodegas reuniam trabalhadores e folgados, mais ou menos católicos.

O verso do trovador aponta a bodega como espaço de jogos. A “cachola” era um dos jogos mais triviais nas bodegas iratienses. Ao contrário do bilhar, que exigia do comerciante grande investimento com mesa, tacos e bolas, para jogar ou “bater” cachola bastavam apenas uma moeda e uma ripa de

madeira¹². A prática desse e de outros jogos simples contribuía para fazer das bodegas pontos de encontro e diversão popular, além de aumentar o faturamento do comerciante porque enquanto o jogo corria solto também se fumava, bebia e beliscava. E de fumo, bebida e petiscos as bodegas estavam sempre bem abastecidas¹³.

As bodegas eram o lugar preferido dos homens para seu justo descanso nos finais de semana e feriados. Em animadas reuniões, o volume das conversas, da cantoria e dos gritos típicos de certos jogos, como a mora e o truço, ia se elevando, na medida em que as libações etílicas se sucediam. Enquanto alguns contavam “causos” em um canto, no outro, o jogo de baralho podia ficar mais sério e os ânimos se exaltarem. Nesse momento, o traquejo do bodegueiro o levava a uma intervenção apaziguadora e, ao mesmo tempo, lucrativa: convidava os discrepantes ao balcão para uma cerveja gelada. Assim, a paz se restabelecia e o jogo continuava. Ao vencedor da aposta geralmente cabia uma cerveja ou um pão com linguiça, ou ambos, dependendo da disposição dos jogadores ao risco. Tais cenas ainda ressurgem nítidas na memória de antigos fregueses e bodegueiros de Irati¹⁴.

Esse lado mais ruidoso das bodegas as colocava na mira das autoridades municipais e por vezes até mesmo das religiosas em função das representações que seus espaços suscitavam. Vistas com suspeição em função do consumo do álcool e suas possíveis más companhias como desordens, cantorias, jogatinas e atentados à moral e ao pudor, preocupavam as autoridades também quanto ao envolvimento de menores. Esse desassossego se evidenciava nos códigos de posturas municipais. O código de posturas de Irati de 1907, o primeiro da cidade, em seu artigo 47 se mostrava bastante restritivo e previa que:

Todo o proprietário de tabernas ou casas que vendem bebidas espirituosas que consentirem 1º- menores beberem 2º- ajuntamentos com algazarras e palavras ou atos que ofendam a moral e os bons costumes 3º- em jogos, incorrerão uma multa de 10\$000. Parágrafo único: incorrerá também na multa de 5\$000 os que venderem bebidas alcoólicas aos que já estiverem embriagados¹⁵.

A fidelidade almejada entre bodegueiros e fregueses não se resumia apenas aos interesses comerciais. Certas facilidades e comodidades incluíam estender o horário de funcionamento dos estabelecimentos, mesmo que para isso fosse necessário ir contra as normas da câmara municipal,

¹² Cachola: “Jogo em que se lança ao ar uma moeda (dita cacholeiro), impulsionada por uma pequena ripa armada como uma balança ou gangorra, pondo-se a moeda numa das extremidades e golpeando-se a outra para baixo [As faces da moeda são ditas cara e cruz.” HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

¹³ VALENGA, Gaspar. Entrevista concedida a Neli Maria Teleginski em 25/02/2011.

¹⁴ ORREDA, Madalena M. A. Entrevista concedida a Neli Maria Teleginski em 24/02/2010; PAVELSKI SOBRINHO, Antonio. Entrevista concedida a Neli Maria Teleginski em 19/05/2011.

¹⁵ Centro de Documentação e Memória (CEDOC/I). UNICENTRO/Irati. Atas Câmara Municipal de Irati, (ACMI) 17/07/1907.

quanto aos horários de abertura e fechamento do comércio na busca por conter os exageros dos hábitos das casas comerciais que permitiam o desfrute de prazeres notívagos.

No código de posturas municipais de 1907, as “casas de negócio”, as oficinas, moinhos e fábricas diversas tinham a permissão para abrir aos domingos até duas horas da tarde e nos demais dias até as dez da noite. O código em vigor, a partir de 1919, permitia a todos os “negociantes” abrir suas portas das cinco horas da manhã até as dez horas da noite. Aos domingos poderiam abrir até o meio dia. Nos feriados municipais, estaduais e nacionais até as 14 horas. Hotéis, restaurantes, confeitarias, padarias, farmácias, barbearias e bilhares tinham permissão para ficar abertos até a meia-noite¹⁶.

A julgar pelos horários regulamentados pela câmara municipal de Irati, os vereadores não tinham nada contra a jornada excessiva de trabalho. Na prática, muitos trabalhadores, especialmente os ligados ao ramo comercial, trabalhavam além do limite estabelecido pelas posturas municipais. Entretanto, a prática dos bodegueiros de abrir suas portas nos domingos e feriados nem sempre foi assunto tranquilo. Durante a década de 1920 o horário de funcionamento das casas comerciais em Irati foi uma das questões mais palpitantes na cidade assunto de debates na câmara municipal e artigos nos jornais, motivados pela intolerância de pessoas ligadas à igreja. O primeiro indício dessa intolerância foi registrado nas atas da câmara municipal em 1922, quando a câmara determinou que os donos das casas comerciais das colônias Iraty e Itaparã, e do bairro Riozinho fechassem suas portas nos domingos ao meio dia, conforme prescrevia o código de posturas vigente.

Em abril de 1926, o jornal “A Semana” publicou os nomes de três comerciantes multados por manterem suas portas abertas depois do meio dia em um domingo de março. Dois deles, Domingos Mosele, no “Irati Velho”, atual Vila São João, e João José Sandeski, estabelecido no quadro urbano, eram donos de armazém de secos e molhados¹⁷.

O aperto da câmara na fiscalização do horário comercial tinha relação com um grupo da “mocidade” da igreja católica, chamado “Grupo 19 de Dezembro”, que requereu diversas vezes à câmara para que tomasse providências e proibisse os comerciantes de abrir domingos e feriados. Um dos primeiros requerimentos foi discutido pela edilidade em 10 de janeiro de 1927, sendo então indeferida a solicitação¹⁸.

Poucos dias depois, o jornal “Espalha Braza”, que se autodenominava um semanário “crítico e humorístico”, fazia pilhéria da situação. Publicou matéria dizendo estar a “mocidade iratiense” penalizada com a decisão da câmara em permitir aos comerciantes abrir domingos pela manhã e por tolerar os que simulavam fechar as portas depois do meio dia nos domingos e feriados. Isso evidencia

¹⁶ Novo Código de Posturas Municipaes com seu Regimento Interno, Tabella de Impostos, Regulamentos e Mais Anexos da Câmara Municipal de Iraty. Coritiba: Typ. Da Livraria Economica, 1919, p. 29-30. ACMI, 17/07/1907.

¹⁷ *A Semana*, n. 153, 11/04/1926.

¹⁸ ACMI, 10/01/1927.

que apesar das críticas e intransigências a sociabilidade nas bodegas, mesmo disfarçada, continuava ocorrendo para a alegria de comerciantes e fregueses. O jornal, por sua vez, estava solidário ao pedido do grupo católico por considerá-lo um “justo apelo”, reprovando a posição da câmara¹⁹.

A câmara não proibiu a abertura do comércio aos domingos, mas reforçou a fiscalização para que fechasse ao meio dia. E o *Espalha Braza* comemorou: “é com prazer que noticiamos que alguns refractários ao fechamento às 12 horas estão seguindo à risca esse horário e dentro em breve esperamos que seja normalizado este assumpto, bastando para isto vigilância da parte dos fiscais”²⁰.

A controvérsia não ficou por aí e se delongou até o final da década. Em julho de 1928, a câmara chegou a proibir a abertura das casas comerciais aos domingos: “Art. 1º. Fica o poder executivo autorizado a proibir a abertura das casas comerciais e botequins aos domingos, só podendo funcionar nestes dias confeitarias e casas de fructas”²¹. Três meses depois, os vereadores voltaram atrás, mas com alguma novidade: “É facultado aos proprietários de casas comerciais tanto de dentro como de fora do quadro urbano a abertura ou não das mesmas até as 10 horas da manhã aos domingos, sendo que depois dessa hora deverão se manter fechadas”²².

Hotéis, padarias, farmácias, açougues e bilhares continuaram com permissão para abrir aos domingos sob argumento de que deveriam estar “promptos a atender a população a todo e qualquer momento”²³.

Apenas os bilhares apareciam como espaços de “diversão pública”, lícita para a câmara, e poderiam ser abertos. Afinal, eles eram poucos e talvez por isso mesmo não representassem perigo à moral iratiense²⁴.

Em 1929, as casas comerciais foram novamente proibidas de abrir aos domingos. Já os bares e confeitarias, para que pudessem abrir aos domingos, deveriam pagar uma taxa de quinhentos réis anuais²⁵.

Durante a década de 1930, a questão dos horários continuou candente. A abertura ou não do comércio aos domingos foi matéria de disputas e interesses entre a câmara municipal, comerciantes e

¹⁹ *Espalha Braza*, n. 9, 16/01/1927.

²⁰ *Espalha Braza*, n. 11, 13/02/1927.

²¹ ACMI, 10/07/1928.

²² ACMI, 15/10/1928.

²³ ACMI, 11/10/1928.

²⁴ ACMI, 15/10/1928.

²⁵ ACMI, 10/04/1929.

uma parcela da população²⁶. O trovador popular Juvenal Ferreira de Camargo, que perambulava pelas bodegas, nas décadas de 1950 e 1960, deixou claro em sua “décima da religião” que o antigo costume das bodegas abrirem aos domingos permanecia vivo como nunca, com muita gente gazeteando a missa para jogar cachola. A sociabilidade das bodegas atravessou as décadas, mesmo gerando polêmicas e sendo vista com certa suspeição. (ORREDA, 1999)

O fato é que entre proibições e liberações do horário comercial aos domingos o grande problema eram as bodegas, os armazéns, locais onde as pessoas se reuniam em torno da bebida, do jogo e da conversa fiada, muito mais por lazer e prazer do que para fazer compras. E o lazer e o prazer não combinavam com a religião, especialmente em uma cidade marcada pela catolicidade dos imigrantes poloneses, ucranianos, italianos e seus descendentes, ainda mais em um dia considerado impróprio: o domingo. Apesar disso, muitos iratienses andavam pecando naqueles tempos. Nem tanto por vontade própria ou heresia, mas por não resistirem às largas e convidativas portas das bodegas e seus deleites. Cibia, portanto, fechá-las.

As críticas do Grupo 19 de Dezembro, publicadas nos jornais na década de 1920, buscavam atingir a câmara municipal e vários de seus membros ligados ao comércio, não por coincidência, contrários às restrições do horário comercial. Acusados de servirem apenas aos seus interesses e ao dinheiro, os vereadores pareciam comprometer a religião, o descanso e o civismo dos seus municípios: domingos, dias santos e feriados. Se havia freguês, havia bodega aberta²⁷.

O trabalho nos domingos, feriados e horários não permitidos garantiam um ganho extra ao comerciante que socorria seus fregueses na falta de algum produto. Essa prática permitia também momentos de lazer e sociabilidade. Como nem sempre era possível entrar no estabelecimento em função da legislação os fregueses muitas vezes eram atendidos pela janela, que fazia as vezes de balcão. Daquele ponto privilegiado, na frente ou na lateral da bodega, apreciavam o movimento do mundo sorvendo sem pressa a fermentada ou a destilada. Como muitos bodegueiros moravam nos fundos de seus comércios aquelas horas extras junto à janela eram bastante comuns. Prost afirma que “a indiferenciação do espaço acarretava a indiferenciação do tempo”, referindo-se aos comerciantes que moravam nos fundos de suas lojas na Europa do início do século XX, que frequentemente eram interrompidos durante suas refeições por algum cliente à janela. (PROST, 1992, p. 29)

A bodega possuía peculiaridades e atrativos que favoreciam o encontro e a reunião das pessoas. O atendimento informal e familiar, a fusão dos espaços e funções (armazém, botequim, moradia), a localização e as facilidades de negócio. Na bodega, as transações eram realizadas e as amizades eram estreitadas, enquanto se cortava um salame ou se bebia uma cerveja. José Maria ilustra a relação quase amorosa e religiosa entre frequentadores e bodegas de um dos bairros da cidade, chamado Riozinho:

²⁶ Livro de Atos e Decretos da Prefeitura Municipal de Irati, 1933-1939.

²⁷ *A Semana*, n. 243, 15/01/1928.

[...] acordai irmão devoto jogar mora na bodega do Strona/ uno duo, cinqüe, no Stasiak. Trago no Bernardino/ pinga com fernet no Elias Chami/ chimarrão na ferraria José Félix/ leitão no Konopka/ papear fiado na ferraria do Gaspar/carambola no Bar do Bueno. (ORREDA, 1980, p. 82)

Nessa pequena “via sacra” vários espaços, na maioria bodegas, são lembrados como lugares de convivência em torno do jogo, bebida, comida e conversa. No Riozinho, os moradores, comerciantes e artesãos trabalhavam e viviam muito próximos e quando se tratava de relaxar e confraternizar o assunto era levado a sério pelos “devotos”. Em localidades distantes da área urbana, muitas vezes, a bodega era o principal espaço de reunião de seus moradores, quando não o único. Isso permitia o estreitamento das relações, assim como das tensões que muitas vezes tinham seu início, desenvolvimento e desfecho, tendo por cenário a bodega.

O abastecimento, o bate-papo, o jogo, a música, a novidade. Motivos que levavam as pessoas às bodegas não faltavam, havendo ainda a possibilidade de aplacar a fome, a sede, a tristeza e a solidão. Tudo o que se podia fazer por ali ficava mais interessante se acompanhado de uma linguiça frita ou um rabo de galo. Tantas vezes, era essa a única razão da frequência. Além de ser o lugar da sociabilidade por excelência naquela sociedade que se gestava no centro-sul do Paraná, nas primeiras décadas do século XX, as bodegas eram também espaços de comensalidade. Comer e beber nas bodegas era sempre algo coletivo. Lá sempre estava o impávido bodegueiro, grande ouvinte e conselheiro, por vezes também um amigo. Mais que uma necessidade material da vida, os alimentos, “transsubstanciados” eram fruídos prazerosamente, mediados pelo momento do encontro.

Durante as primeiras décadas do século XX, estruturou-se a praça comercial da cidade de Irati, no centro-sul do Paraná. Beneficiada pela presença da ferrovia São Paulo - Rio Grande Railway, mais tarde Paraná - Santa Catarina e marcada pelas atividades madeireiras, ervateiras e agrícolas, a praça iratiense abrigou diferentes estabelecimentos que ajudaram a construir a sociabilidade local. Entre eles se destacavam os armazéns de secos e molhados, conhecidos também por bodegas que se disseminaram amplamente por todo o território do município, além das lojas, restaurantes, casas de pasto, padarias, hotéis, botequins, cafés, bilhares e barbearias que se concentravam na área urbana. Agricultores, imigrantes, tropeiros, ferreiros, costureiras, operários das serrarias, engenhos de mate e ferrovia: homens e mulheres de diferentes ofícios e origens que movimentavam a produção, o consumo e a vida na cidade e seu interior tinham em comum sua relação com as bodegas.

Os bodegueiros buscavam oferecer a maior variedade possível de produtos e serviços aos seus fregueses locais e de outras cidades. Atender bem às necessidades de abastecimento e oferecer opções de lazer e sociabilidade eram táticas usadas pelos comerciantes para conquistar uma freguesia maior e cativa. (CERTEAU, 1994; 1996)

A partir das bodegas ecoavam diariamente as notícias e rumores locais e de lugares distantes, trazidas por viajantes, tropeiros e “velhos frequentadores”, repassadas e por vezes reelaboradas pelo bodegueiro e futriqueiros de plantão. Recados, confidências e avisos transformavam aqueles estabelecimentos em agências de informações e correio. Ofertas de animais e arados à venda, convites

para festas religiosas, bailes e missas de sétimo dia, cartazes de campanhas de vacinação, santinhos de candidatos, o santo padroeiro, propagandas de cerveja, cigarro e sementes de milho pendiam sobre suas paredes externas e internas, democráticas como seu ambiente, que não estava imune às tensões. Diferenças de opinião, questões de jogo, divisas de terra, rivalidades no amor ou simples bebedeira produziam eventuais turbulências.

Como observou Oliveira, em São Paulo, ao longo do século XIX, os armazéns de secos e molhados eram locais “de origem e de final das histórias”. (OLIVEIRA, 2005, p. 270). Braudel anotou que os pontos de venda eram espaços frequentados não apenas para comprar objetos e alimentos, mas para realizar também discussões: “é um teatro em miniatura” onde “a troca de palavras é indispensável, mesmo se a troca de objetos nem sempre se efetua”. (BRAUDEL, 1996, p. 58).

Na memória de antigos fregueses e bodegueiros de Irati, ainda são nítidos os momentos em que a presença nos espaços das bodegas representava não apenas o consumo de mercadorias, mas o consumo do próprio espaço, na medida em que o lugar de comércio se transformava em lugar de convívio.

Imprescindíveis para o abastecimento da população com gêneros de primeira necessidade, alimentícios ou não e toda sorte de mercadorias, as bodegas se tornaram espaços privilegiados da sociabilidade cotidiana dos iratienses.

Referências

- ANDREAZZA, Maria Luiza. *Paraíso das delícias: um estudo da imigração ucraniana 1895-1995*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.
- BALHANA, Altiva Pilati. *Um Mazzolino de Fiori*, vol. II . (Org.) Westphalen, Maria Cecília. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo. O Jogo das Trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, v. 2.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- _____. *A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- CHAVES, Claudia. M. das Graças. *Perfeitos Negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.
- FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- FISCHER, Luís Augusto. *Dicionário de Porto-Alegre*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2009.

- HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.
- KROETZ, Lando Rogério. *As estradas de ferro do Paraná 1880-1940*. Tese (Doutorado em História). São Paulo, USP, 1985.
- LARocca JÚNIOR, Joel. (Org.) *Casa Esclavo-Paranaense: arquitetura de madeira dos colonos poloneses e ucranianos do sul do Paraná*. Ponta Grossa: Editora Larocca Associados, 2008.
- MAGALHÃES, Sônia Maria de. *A mesa de Mariana: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850)*, São Paulo: Anablume, 2004.
- NADALIN, Sergio Odilon. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: SEED, 2001.
- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização: São Paulo, 1850-1900*. São Paulo: Alameda, 2005.
- ORREDA, José Maria. *Irati, vol. I*. Irati: O Debate, 1972.
- _____. *Irati, vol. II*. Irati: O Debate, 1974.
- _____. *Irati, vol. III*. Irati: O Debate, 1981.
- _____. *Juvenal Ferreira de Camargo: o poeta da Vila*. Irati: O Debate, 1999.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.
- PROST, Antoine; VINCENT, Gérard (orgs). *História da Vida Privada, 5: da primeira guerra aos nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- RAMOS, Jair de Souza. *O poder de domar do fraco: construção de autoridade e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006.
- SERAINÉ, Florival. *Dicionário de termos populares - registrados no Ceará*. Fortaleza: Stylus, 1991.
- VALENGA, Gaspar. 1903-2003: *Centenário de Riozinho e história de algumas empresas pioneiras de Irati*. Guarapuava/Irati: Ed. UNICENTRO, 2003.
- ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1990.

Recebido em 09/11/2013

Aprovado em 05/01/2014
